

mercado

Governo analisa criação de uma espécie de zona franca verde no Pará

Proposta prevê incentivo fiscal para fomentar bioeconomia na região da floresta amazônica

Gustavo Uribe e Danielle Brant

RIO DE JANEIRO Na tentativa de reverter a imagem negativa do país, o governo federal avalia a concessão de incentivos fiscais para o setor da bioeconomia, modelo econômico que transforma recursos naturais em produtos de maior valor agregado seguindo regras consideradas corretas do ponto de vista ambiental.

Os ministros Paulo Guedes (Economia) e Ricardo Salles (Meio Ambiente) decidiram criar um grupo de estudo para discutir medidas que impulsionem o segmento no país. Segundo assessores do governo, uma das iniciativas que serão tratadas é a criação de uma zona franca no Pará, que ofereça isenções fiscais para a instalação de empresas de bioeconomia, uma espécie de zona franca "verde".

A ideia é criar no país um polo de atração mundial de empresas de biotecnologia, sobretudo dos ramos cosmético, farmacêutico e alimentício, e de pesquisadores de universidades estrangeiras que desenvolvam trabalhos no segmento.

Com isso, o governo busca criar iniciativas de estímulo ao desenvolvimento sustentável que sejam apresentadas como vitrines do investimento do país na preservação ambiental. Neste ano, a expectativa é que o Brasil seja cobrado por resultados em pelo menos dois eventos mundiais: no Fórum Econômico Mundial, realizado em maio, em Singapura, e na COP-26, em novembro, no Reino Unido.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) escalou para representar o país nos dois eventos internacionais Guedes e Salles, respectivamente. O objetivo é para que, ao apre-

sentarem medidas de responsabilidade ambiental, consigam reduzir as críticas sobre os índices recentes de desmatamento, voltando a atrair investimentos externos.

O estímulo à bioeconomia na floresta amazônica é defendido por ambientalistas e climatologistas como uma alternativa para substituir atividades de alto impacto ambiental, como o agronegócio e a mineração, por iniciativas de baixo impacto.

No início de 2020, o presidente disse que estudava a criação de uma zona franca em Marajó (PA). Segundo Bolsonaro, a ideia seria conceder uma série de isenções de impostos federais para a comercialização de produtos. A iniciativa foi uma sugestão do governador Helder Barbalho (MDB).

Em setembro, o superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Algcir Polin, anunciou que o CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia) será transformado em uma fundação pública de direito privado. A mudança jurídica permitirá que a instituição receba investimentos privados.

Para o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, o incentivo fiscal não é a melhor alternativa e hoje ele é utilizado até com prejuízo para o ambiente.

"O governo está dando incentivo para a indústria madeireira. Ai não dá. O governo está financiando a compra de equipamento agrícola que está sendo usado para desmatamento. Isso também é incentivo", afirmou.

Na avaliação do deputado, a Amazônia exige um conjunto de ferramentas. Países vizinhos, por exemplo, adotaram o pagamento por serviços ambientais em áreas privadas, semelhante a projeto enviado à sanção em 21 de dezembro. Em áreas públicas, o governo dá uma destinação para esses terrenos, criando parques, reservas ou fazendo concessão florestal.

"Eu pago alguma coisa ou dou algum benefício, que pode ser fiscal, para o cara manter a floresta em pé", explicou Agostinho.

Especialistas também criticam a ideia de conceder incentivo fiscal, como já ocorre na Zona Franca de Manaus. Na avaliação da consultora econômica Zeina Latif, nenhum incentivo tributário deveria ser feito. "E, se for fazer qualquer tipo de ajuste, que seja via Zona Franca de Manaus, no sentido de mudar o dese-

lho do programa", afirmou. Latif defende parcerias com empresas privadas, a revisão de marcos regulatórios para dar segurança ao investidor e focar no ensino superior.

"A gente percebe as universidades, principalmente as públicas, diferente no mundo lá fora, em que a gente vê tantas parcerias, você vê Oxford, AstraZeneca, você tem parceria universidade e setor privado. Isso é uma coisa que a gente não tem no Brasil", disse.

Marcos Mendes, pesquisador associado do Inspere e colunista da Folha, afirmou que seria aceitável criar uma zona franca no Pará desde que o governo trocasse os benefícios da Zona Franca de Manaus por benefícios de incentivo à bioeconomia.

"Então seria alguma coisa do tipo 'industrializar não deu certo'. Você não conseguiu fazer em Manaus um polo industrial autônomo, que viva sem subsídio", disse.

"Vamos acabar com isso e vamos mudar para uma outra coisa que seja a vocação do local. Mas não parece que é isso. Parece que vão criar uma coisa nova ao lado de uma coisa antiga que não funciona", acrescentou.

No primeiro ano do atual governo, as emissões de gases estufa do Brasil aumentaram 9,6%. Para reverter o quadro atual, o Meio Ambiente anunciou meta de neutralidade nas emissões de gases do efeito estufa até 2060. O principal motor do aumento foi o desmatamento, que cresce acentuadamente e sem sinal de interrupção.

A destruição da floresta amazônica aumentou cerca de 9,5% de agosto de 2019 a julho de 2020 em comparação com o mesmo período de 2018 a 2019. No total, foram derrubados 11.088 km²

de floresta nesse intervalo de tempo, apesar da presença na região do Exército.

A ausência de resultados aumentou a pressão sobre o vice-presidente Hamilton Mourão, que coordena o Conselho da Amazônia. Em conversas privadas, o general da reserva tem cobrado maior empenho da equipe ministerial em políticas de preservação.

Para evitar a piora da imagem do país, o presidente pediu recentemente a integrantes de sua equipe que, em 2021, moderassem o discurso e evitem o embate direto com nações estrangeiras que criticam o Brasil por causa de sua política ambiental.

Bolsonaro ainda autorizou integrantes de seu governo a aceitar doações de nações europeias, desde que não ameacem a soberania do Brasil so-

bre a floresta amazônica. Em 2019, o Brasil bloqueou repasses de países como Noruega e Alemanha ao bilionário Fundo Amazônia. A ordem agora, ao baixar o tom, é tentar retomar a contribuição, incluindo novas nações europeias, como o Reino Unido.

Para a COP-26, o Brasil pretende adotar como discurso principal a defesa da regulamentação de trecho do Acordo de Paris que viabiliza o mercado de carbono.

A expectativa do governo brasileiro é que a iniciativa possa render anualmente ao país pelo menos US\$ 10 bilhões (mais de R\$ 50 bilhões pela cotação atual).

O mecanismo estimula países ricos a investir em políticas de desenvolvimento sustentável de nações em desenvolvimento como forma de mitigar emissões de gases de efeito estufa.

Para investidores europeus, no entanto, medidas paliativas não são suficientes para recuperar a credibilidade do Brasil na área ambiental. Para restaurar a imagem, o país deverá dar uma sinalização concreta de redução do desmatamento, o que não foi feito até agora.

Em dezembro, o Brasil acabou de fora de evento preparatório promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas) sobre mudanças climáticas.

Os organizadores do encontro chegaram a enviar ao governo brasileiro um roteiro para que Bolsonaro gravasse um vídeo que seria exibido no encontro. A orientação era para que o discurso fosse focado nos esforços de redução da emissão de gás carbônico, pauta principal do encontro, com o anúncio de uma meta.

Segundo relatos feitos à Folha, na ligação enviada, Bolsonaro chegou a tratar de forma pontual sobre o tema, mas ocupou a maior parte do tempo discorrendo sobre a preservação da floresta amazônica e a implementação do Código Florestal.

O conteúdo não foi usado pela organização do evento por, na avaliação dela, ter sido feito fora do parâmetro solicitado.

“Parece que vão criar uma coisa nova ao lado de uma coisa antiga que não funciona”

Marcos Mendes pesquisador associado do Inspere

“Se for fazer qualquer tipo de ajuste, que seja via Zona Franca de Manaus, no sentido de mudar o desenho do programa”

Zeina Latif consultora econômica

Governo vê retomada da exploração de petróleo na Amazônia após leilão

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Localizado em meio à floresta amazônica, a 725 quilômetros de Manaus, o campo de petróleo de Jurua foi descoberto pela Petrobras em 1978. Mais perto da capital da Amazônia, a 210 quilômetros, o campo de Azulão foi descoberto pela estatal em 1989.

Nenhum dos dois produziu nada até hoje. Estavam no portfólio da Petrobras como possíveis alternativas de investimento futuro até que a empresa descobriu o pré-sal e se concentrou no litoral do Sudeste. A estatal até tentou manter as concessões na gaveta, mas foi obrigada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) a decidir entre o investimento e a devolução das áreas. Azulão foi vendido à Eneva em 2018, e Jurua, devolvido à agência e concedido à mesma companhia em leilão no dia 4 de dezembro.

Os projetos são vistos como marcos de uma retomada da atividade petrolífera na Amazônia, que anima o setor de petróleo e o governo local, mas gera preocupações entre ambientalistas e lideranças indígenas, pelos possíveis impactos socioambientais.

O Amazonas é hoje o terceiro maior produtor de gás no país, por meio das operações da Petrobras no polo Uruca, conectado a Manaus por um gasoduto de 660 quilômetros cortando rios e floresta. Mas,

sem grande atividade exploratória, vem enfrentando queda intensa em suas reservas.

Na última década, segundo dados da ANP, as reservas de petróleo locais caíram 60%. As de gás natural, principal produto da região, recuaram 47%. Sem novas descobertas e mantendo o ritmo atual, Manaus ficaria sem gás natural em cerca de oito anos.

A queda é resultado tanto da mudança de foco para o pré-sal quanto das dificuldades no desenvolvimento de jazidas descobertas no início da década em áreas hoje operadas pela russa Rosneft.

A expectativa é que, com as novas concessões, a exploração retome ritmo e consiga não só suprir o esgotamento das reservas mas também tirar do papel um antigo projeto para ligar a região de Uruca a Porto Velho, levando gás natural a Rondônia.

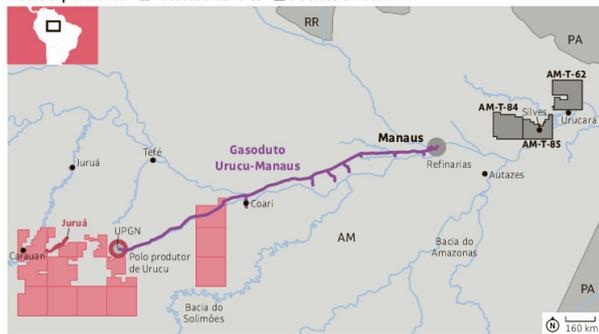
Além de Jurua, a ANP concedeu outros três blocos próximos a Azulão, também arrematados pela Eneva. Foram as primeiras novas áreas no Amazonas desde 2008.

Entre 2015 e 2019, apenas três poços pioneiros foram perfurados no estado, nas áreas da Rosneft, que anunciou, em maio de 2020, o congelamento do projeto por causa da pandemia.

Com as novas concessões, a Eneva já prevê dois poços exploratórios em 2022. Além disso, perfurou em 2020 três poços para produzir em Azu-

Retomada da exploração na Amazônia

Blocos exploratórios: Rodadas anteriores Licitados em 2020



Ano	Reservas provadas de petróleo, em milhões de barris	Reservas provadas de gás natural, em bilhões de metros cúbicos	Produção de petróleo, em mil barris por dia	Produção de gás natural, em milhões de metros cúbicos por dia
2010	104	55,8	53	11
2011	103	57,4	53	11
2012	105	51,8	52	11
2013	101	50,5	47	11
2014	81	52,4	45	13
2015	58	46,6	44	14
2016	47	36,2	39	14
2017	43	39,2	36	13
2018	43	38,9	37	14
2019	41	37,8	35	15

Fonte: ANP

lão, projeto que ganhará dois novos poços em 2021.

Em evento com investidores, a empresa disse que o desenvolvimento de Jurua depende da venda do campo de Uruca, polo produtor da Petrobras na Amazônia, que ela disputa com a 3R Petroleum.

A saída da estatal pode agilizar a solução de um obstá-

culo logístico, a falta de acesso a mercados consumidores: as áreas estão a 800 quilômetros de Manaus, em uma região com acesso apenas aéreo ou por um rio sinuoso, que inviabiliza transporte por barcaças.

A conexão ao polo de Uruca, que já é ligado a Manaus por gasoduto, esbarrava na má vontade da Petrobras pa-

ra parcerias. Já a produção em Azulão e próxima a Manaus pode ser escoada por via rodoviária, conforme prevê o primeiro projeto de aproveitamento da área, que levará gás até uma térmica em Roraima.

Para o diretor-geral interno da ANP, Raphael Moura, as novas concessões na Amazônia podem "contribuir ainda

mais para o desenvolvimento econômico da região Norte".

As operações de Uruca costumam ser citadas como exemplo de que a atividade petrolífera na Amazônia pode ser sustentável. O polo está em uma clareira cercada de floresta, sem acesso rodoviário que favoreceria o desmatamento no entorno.

Estudo da ONG 350.org, porém, aponta riscos de impactos da exploração nas áreas mais próximas a Manaus em 47 comunidades indígenas e 22 unidades de conservação.

O trabalho contua que a maioria das comunidades identificadas ainda não tem direito territorial reconhecido pelo estado, o que eleva a fragilidade das populações. "Além disso, boa parte desses territórios já se encontra sob grande pressão em razão da presença do agronegócio e outras atividades extrativas", diz o documento.

Entre os riscos socioambientais, o estudo elenca o desmatamento provocado pela abertura de canteiros de obras e infraestrutura logística, a possibilidade de aumento de mazelas sociais, como uso de drogas e bebidas por migração descontrolada, a pressão sobre os serviços públicos e as possibilidades de contaminação do ambiente.

"A exploração de petróleo e gás é inaceitável em qualquer lugar, mas, neste momento em que a Amazônia sofre com a alta de desmatamento, queimadas e agressões a povos indígenas, o Brasil precisa estar mais atento à expansão dos combustíveis fósseis na maior floresta tropical do mundo", diz Ilan Zugman, diretor da 350.org na América Latina.